



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.42.116.AO06>

## **Rede de apoio social e afetiva percebida por mulheres em situação conjugal com apenados**

*Social and affective support network perceived by women in a marital situation with  
convicts*

*Rede de apoyo social y afectivo percibida por mujeres en situación conyugal con  
penados*

---

Juliana Martins Jappe  
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre  
<https://orcid.org/0009-0004-2246-9683>  
[julianajappe1@gmail.com](mailto:julianajappe1@gmail.com)

Clarissa de Antoni  
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre  
<https://orcid.org/0000-0003-4521-9148>

### Resumo

Ao compreender o crescente número da população carcerária e, por consequência, o envolvimento de familiares com esse sistema, o presente trabalho busca explorar as percepções de mulheres em situação conjugal com apenados sobre sua rede de apoio social e afetiva. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa exploratória-descritiva com mulheres de apenados em um Centro de Reintegração Social do estado do Rio Grande do Sul. Os instrumentos de coleta foram o questionário sociodemográfico e o roteiro de entrevista semiestruturada, ambos elaborados pelas pesquisadoras. Para a compreensão dos dados foi utilizada a Análise Temática. Participaram do estudo seis mulheres, entre 33 e 58 anos. Observou-se que essas mulheres percebem suas redes sociais e afetivas como pequenas e, majoritariamente, formada por outras mulheres que as cercam, possuindo principalmente as funções de apoio social e guia cognitivo, embora haja a flutuação por todos os papéis. No entanto, essas redes ainda são percebidas como precárias pela discriminação, vergonha e sobrecarga de papéis assumidos. Salienta-se a importância de fornecer visibilidade para essas mulheres que estão também em uma situação de vulnerabilidade psicossocial.

**Palavras-chaves:** mulheres, presos, rede de apoio

### Abstract

*By comprehending the escalating magnitude of the prison populace and, consequently, the engagement of family members within this system, the present study endeavors to scrutinize the perceptions of women in a matrimonial situation with incarcerated individuals pertaining to their social and affective support network. To accomplish this objective, an exploratory-descriptive qualitative investigation was conducted involving women affiliated with inmates from a Social Reintegration Center located in the state of Rio Grande do Sul. The data collection instruments encompassed a socio-demographic questionnaire and a semi-structured interview script, both meticulously devised by the researchers. Thematic analysis was employed as the analytical framework to elucidate the data. A cohort of six women, aged between 33 and 58, partook in the study. It was discerned that these women perceive their social and affective networks as limited in scope, predominantly constituted by female associates who surround them, primarily serving the functions of social support and cognitive guidance, albeit with variances across all roles assumed. Nonetheless, these networks are still regarded as precarious due to instances of discrimination, shame, and the burdensome nature of assumed roles. We underscore the significance of granting visibility to these women, who find themselves in a state of psychosocial vulnerability.*

**Keywords:** women, inmates, support network

### Resumen

*Al comprender el aumento en el número de la población penitenciaria y como consecuencia el involucramiento de los familiares con este sistema, el presente trabajo tiene como objetivo explorar las percepciones de las mujeres en situación conyugal con presidiarios sobre sus redes de apoyo social y afectivo. Para eso, se realizó una investigación cualitativa exploratoria-descriptiva con mujeres cónyuges de presidiarios de un Centro de Reinserción Social del estado de Rio Grande do Sul. Los instrumentos de recolección de datos utilizados fueron el cuestionario sociodemográfico y el guión de entrevista semiestructurada, ambos elaborados por los investigadores. Para la comprensión de los datos se utilizó el análisis temático. Seis mujeres, entre 33 y 58 años, participaron del estudio. Se observó que las mujeres perciben sus redes sociales y afectivas como pequeñas además de ser mayoritariamente integradas por otras mujeres que las rodean, teniendo como principales funciones apoyo social y orientación*

*cognitiva, aunque existe fluctuación en todos los roles. Sin embargo, estas redes aún se perciben como precarias debido a la discriminación, la vergüenza y la sobrecarga de roles asumidos. Destacamos la importancia de dar visibilidad a estas mujeres que también se encuentran en situación de vulnerabilidad psicosocial.*

**Palabras clave:** *mujeres, presos, red de apoyo*

## Introdução

O Brasil é o terceiro país com o maior número de apenados no mundo, consequência de descasos e falta de políticas públicas que geram o aumento da desigualdade que nos cerca (Smink, 2021). Com isso, entende-se que o sistema prisional, como funciona hoje no país, é um dispositivo de controle social que pode produzir efeitos catastróficos sobre todos que por ele circulam, incluindo as pessoas privadas de liberdade, os seus familiares, os trabalhadores que atuam nesse sistema, bem como sobre todo o campo social. Os impactos psicossociais do encarceramento são tão significativos que indicam a urgência de os profissionais da saúde contribuírem mais ativamente para a redução do sofrimento psíquico nessa situação (Pereira et al. 2022).

Ao observar que o cárcere abarca mais do que o apenado, é necessário entender quais os efeitos sofridos por familiares, em especial para as mulheres em situação conjugal com apenados. A prisão do cônjuge reflete na criação de diversos papéis sociais atribuídos a essas mulheres nesta nova realidade prisional, como suprir a carência emocional, sexual e de todos os âmbitos afetivos do seu parceiro. A companheira, além de ser a ligação com o mundo fora do cárcere, também provê suas necessidades básicas materiais. Esses papéis não são apenas desejados pelos apenados, mas pela própria instituição do cárcere que as vêem como um dispositivo de ressocialização para o encarcerado (Bandeira, Lino & Silva, 2020).

As exigências sofridas pelo ambiente carcerário nas mulheres podem ser entendidas como uma forma de violência que é capaz de comprometer a saúde mental, social e laboral dessas mulheres que vivenciam esta situação. Durante as visitas aos companheiros no ambiente carcerário, as mulheres podem enfrentar situações de humilhação e constrangimento, como as revistas invasivas. Essas práticas geram um impacto negativo na autoestima e bem-estar emocional das visitantes, afetando sua saúde mental (Bandeira, Lino & Silva, 2020). Além disso, o estigma também é uma forma de violência sofrida por essas mulheres, pois podem ser julgadas e estereotipadas pela sociedade como cúmplices dos crimes de seus parceiros, resultando em exclusão social e

isolamento.

O estigma social age como uma marca que desqualifica o indivíduo, reduzindo-o a uma condição socialmente inferior. Esse conceito abrange não apenas as características visíveis, mas também as percebidas, afetando a interação social e a identidade do estigmatizado (Goffman, 1963). Essa condição afeta sua saúde social, prejudicando a qualidade de seus relacionamentos e interações sociais (Rosendo, dos Santos Mota, de Carvalho & Oliveira, 2018). De igual forma, as visitas ao ambiente carcerário podem gerar barreiras financeiras e logísticas, como custos de transporte, hospedagem e alimentação, bem como a necessidade de ajustar horários de trabalho. Essas questões podem resultar em dificuldades laborais, como faltas ao emprego ou perda de oportunidades profissionais. Esses desafios afetam a saúde laboral das mulheres que visitam companheiros no ambiente carcerário, criando obstáculos para sua estabilidade financeira e desenvolvimento profissional (Araújo & Guedes, 2021).

### ***A situação dos apenados no Brasil***

A partir de 1990 o número de apenados cresceu de maneira exponencial, criando uma superlotação nos presídios e corroborando com um sistema cada vez mais falho (Peres, 2017). Atualmente, segundo a Lista Mundial de População Prisional (Fair & Walmsley, 2021), o Brasil é o 3º país que mais aprisiona no mundo e seguimos sem mudança nos níveis de criminalidade. Pessoas são colocadas em um ambiente com déficit de estrutura, saneamento, educação, trabalho e atividades de recreação.

Existem algumas possíveis explicações para isso no nosso país. No Brasil, segundo Alencar e Melo (2020) há a utilização da institucionalização como mascaramento para uma prática de encarceramento e o genocídio em massa de uma população em específica: a negra, a pobre e a periférica do nosso país, por isso é importante que ao falarmos em encarceramento façamos o recorte de gênero, raça e classe. As instituições e agências que trabalham com o sistema carcerário não acompanharam de forma proporcional o aumento do número de pessoas presas, isto é, não aumentou o número de defensores públicos, promotores, juizes, agentes penitenciários e profissionais de saúde dentro do sistema prisional (Smink, 2021). Logo, essas famílias se vinculam ao sistema por um crime que não está diretamente ligado ao

risco à vida e onde a prisão é o primeiro recurso, mesmo que não tenha sido feito o julgamento (Alencar & Melo, 2020).

Isso não tira a legitimidade do crime, mas reforça que existe um sistema contestável que ao invés de buscar a igualdade, potencializa a cada mandado de prisão a violência estrutural, termo utilizado por Farmer (2005) para explicar a violência que está enraizada nas estruturas e sistemas sociais, políticos e econômicos de uma sociedade e é uma forma de violência indireta que resulta de desigualdades estruturais, injustiças sociais e políticas discriminatórias. Essa forma de violência pode manifestar-se por meio de políticas discriminatórias, falta de acesso a recursos e serviços básicos, desigualdades econômicas, exclusão social e marginalização de determinados grupos com base em raça, gênero, classe social, etnia, orientação sexual ou outras características (Neto & Teixeira, 2021).

Assim, observamos que os desafios de ressocialização em um ambiente onde as pessoas são destituídas do seu lado humano, sendo impostas a estarem em um ambiente com falta de condições básicas de vida, é um desafio a ser enfrentado por eles e também por seus familiares. O Estado brutaliza o espaço prisional como punitivo e não como ressocializador, deslegitimando o seu compromisso com a sociedade. Essa punição atinge não somente o preso, mas se estende à sua família.

### ***Mulheres em situação conjugal com apenados***

As mulheres em relacionamento amoroso com apenados desempenham um papel importante na ressocialização deste homem, pois a família é quem fica encarregada de unir o mundo externo ao encarcerado, além de ser a responsável por trazer afeto e cuidado (Guimarães et al., 2006). Quando se refere às cônjuges de apenados, fala-se de um fenômeno social complexo. Existem diversos fatores envolvidos na decisão de ser uma mulher livre em um relacionamento com um homem preso.

Ao realizar pesquisas em bibliotecas virtuais como Scielo, Google Acadêmico e BIREME com os descritores: Mulher de preso, Prisões, Casamento, Família, Apoio Social e termos alternativos como Apoio Social Percebido, Presos e Redes de Apoio Social no período de junho a setembro de 2022, embora tenham sido encontrados artigos nas áreas de conhecimentos da ciências da saúde, ciências sociais e ciências humanas, constatou-se que são escassos os estudos brasileiros sobre a temática de mulheres em

relação conjugal com apenados, ou semelhantes. A maioria deles traz comparações com a realidade de visitas dos homens presos e das mulheres presas, relatando o abandono sofrido por mulheres encarceradas nos momentos de visita, enquanto que mulheres de apenados fazem fila para visitarem seus cônjuges (do Lago, 2019; Humbelino, Larissa, Santos, 2017). A violência de gênero perpetua boa parte, senão toda, a discussão criada nesse tema. Evidencia-se também a desproporcionalidade nas horas de visita e a lealdade e companheirismo de mulheres para com seus cônjuges, mesmo em um momento de privação de liberdade. A partir disso, constata-se as correlações exercidas entre a instituição e a mulher do preso, baseadas na autoridade e micro poder de seus funcionários, que faz com que elas se submetam a diversas formas de situação de controle, baseadas no sistema de dominação de classe e gênero (Inácio, 2021).

A violência de gênero neste contexto é naturalizada e tida como consequência da situação, seguindo estereótipos machistas e de preconceito de classe. Inclusive pode afetar a integridade física da mulher, como nas visitas íntimas, a integridade moral e psicológica, com o preconceito por ter um parceiro em cárcere privado; e a patrimonial, ao depender ou financiar o seu parceiro dentro da cadeia. Essa violência é um cárcere invisível imposto pela sociedade para essa mulher, por meio da rejeição e da exclusão estendida. Esse fenômeno pode possibilitar que ela compreenda esse processo como se fosse algo vinculado a sua imperfeição e inferioridade social (Araújo & Guedes, 2021).

Ao mesmo tempo em que se observa possíveis dificuldades do cotidiano de uma mulher em situação conjugal com um apenado, Guimarães et al. (2006) trazem que o cárcere pode estabilizar o vínculo afetivo do casal. Um dos motivos seria a sensação de poder da mulher na relação, favorecida pela maior possibilidade de fidelidade do companheiro e um maior sentimento de comprometimento e lealdade, já que o afeto e carinho viriam delas.

### ***Rede de Apoio social e afetiva***

A rede de apoio social e afetiva está vinculada às relações que são criadas e que permeiam a vida. Assim, possibilitam a troca de afeto e conforto em momentos de alegria, mas também de crises e tristezas (Juliano & Yunes, 2014). A família, sendo um microsistema dos indivíduos, se torna uma das principais e primeiras oportunidades de troca de afeto, mas isso também pode ser sentido com instituições, amigos e outros

recursos protetivos (Yunes, 2003). É interessante citar que diferentes eventos podem gerar diferentes efeitos na percepção e estrutura de uma rede de apoio.

A criação de redes é uma das necessidades básicas dos indivíduos e há momentos como a juventude em que a rede tende a aumentar, por se tratar de um momento em que consiste na busca por novos relacionamentos. Enquanto na fase adulta há uma redução da rede por configurar que pessoas nessa fase tendem a valorizar aspectos emocionais das relações mais estreitas (Lang, Wagner, Wrzus & Neyer, 2013).

O funcionamento da rede de apoio fica evidenciado quando há o suporte recebido ao vivenciar eventos estressores e a busca para superá-los de forma funcional, já que a rede de apoio é um dos principais aspectos para a ação da resiliência. Assim, conseqüentemente, atua como um fator de proteção para o desenvolvimento e manutenção da saúde mental (Yunes, 2003).

Segundo Sluzki (1997), rede de apoio possui propriedades como tamanho, composição, densidade e homogeneidade/heterogeneidade. Em relação ao tamanho, observa-se se a rede é pequena, média ou grande em relação ao número de pessoas percebidas como pertencentes a ela. A composição refere-se às pessoas, se são da família, amigos, trabalho/estudo ou comunidade. A densidade revela se a pessoa elencada é mais ou menos íntima, referindo-se a conexão entre os membros. A homogeneidade mostra que o perfil das pessoas que compõem é semelhante em relação à faixa etária, gênero e profissão, por exemplo. A heterogeneidade mostra um perfil diversificado entre os membros.

A rede de apoio pode desenvolver diferentes funções, como (a) companhia social, representando a função de estar junto realizando alguma atividade ou não, (b) apoio emocional, sendo visto como um momento de empatia, escuta e incentivo, (c) guia cognitivo e conselheiro, como uma rede para orientações, (d) de regulação (ou controle) social, podendo atuar na mediação de conflitos e trazendo as responsabilidades, (e) de ajuda material e de serviços, servindo para ajuda financeira e outros assuntos específicos como encaminhamento para um profissional especializado, e (f) de acesso a novos contatos, trazendo a possibilidade de ampliação da rede com pessoas ou instituições antes desconhecidas (Sluzki, 1997).

Ao entrar na realidade do cárcere, fica evidenciado que os seus efeitos tendem a ser negativos, como o isolamento e a despersonalização dos apenados, além de uma

mudança brusca na sua realidade que inclui o afastamento das suas redes de apoio (Corrêa & Elias, 2021). Com isso, retoma-se o papel imposto à família: tornar-se a principal rede de apoio social do apenado. Ao compreender a necessidade de apoio familiar ao apenado, é válido buscar entender quem se torna a rede de apoio do familiar, principalmente da cônjuge do apenado. Já que a produ o de cuidado em saúde e fatores de prote o diante de situa es de risco acontecem através de redes de produ o de afetos (Teixeira, 2004). Além disso, para Gonçalves et al. (2011), o apoio fornecido pela rede produz efeitos emocionais e comportamentos positivos e benéficos para o indivíduo, pois através da sua percep o a pessoa avaliar  sua rede como satisfatória ou não. Essa percep o será capaz de influenciar o significado que a oferta de apoio assume em determinada situa o, assim como o tipo e qualidade do relacionamento que esta pessoa mant m com o provedor do apoio. Percebe-se que as mulheres atuam como rede de apoio para os homens, mas ao observar os desafios do encarceramento para essas mulheres, cabe questionar quem forma e como   a rede de apoio social e afetiva dessas mulheres.

Além disso, a ausência notável de programas direcionados para mulheres envolvidas em relacionamentos com apenados destaca uma lacuna significativa nas políticas públicas. Considerando as implica es psicossociais e práticas dessa realidade,   crucial abordar esse vácuo com estratégias eficazes e holísticas. Diante desse contexto de impacto que as rela es conjugais durante o encarceramento oferecem, a falta de programas específicos não apenas negligencia as necessidades particulares dessas mulheres, mas também contribui para a perpetua o de desigualdades sist micas (Pereira, 2016).

### **Objetivo**

Para avançar,   imperativo que as políticas públicas reconheçam essas dinâmicas complexas e se comprometam a desenvolver interven es que abordem tanto as implica es emocionais quanto as necessidades práticas dessas mulheres, proporcionando assim um suporte mais abrangente e eficaz. Por isso, retoma-se o objetivo central deste estudo que   conhecer a rede de apoio social e afetiva percebida de mulheres em situa o conjugal com apenados.

## Método

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo com base nas percepções de mulheres em situação conjugal com apenados de um Centro de Reintegração Social (CRS) do Estado do Rio Grande do Sul. Para Minayo (2017), a pesquisa qualitativa responde questões que não podem ser quantificadas, tendo em vista o foco nas ciências sociais, pois trabalha com os significados, crenças, valores e atitudes buscando compreender as subjetividades dos fenômenos produzidos nas relações. Com isso, foi decidido embasar a pesquisa com o método exploratório-descritivo e transversal. Esse método permite com que o pesquisador crie uma familiaridade maior com o tema que ainda é pouco explorado. Pesquisas de caráter exploratório tendem a ser mais flexíveis quanto ao seu planejamento, já que a sua intenção é compreender os aspectos estudados para, futuramente, apresentar hipóteses através de seus dados e teorias analisadas (Gil, 2008).

Para a execução da pesquisa contou-se com o auxílio do setor de Suporte Familiar da de uma instituição que apoia mulheres de apenados. A proposta da pesquisa foi apresentada para as participantes em potencial e se verificou quem possuía o interesse de participar. Após, ocorreu a marcação de horário para as entrevistas. Os critérios de inclusão foram ser esposa de um apenado que está no sistema fechado do CRS e ser maior de 18 anos. Quanto ao critério de exclusão foi estar em uma relação inferior há um ano com o apenado.

Nesta pesquisa foram utilizados dados primários coletados por meio de um questionário sociodemográfico que busca compreender a situação social e econômica das mulheres em situação conjugal com apenados e uma entrevista individual semiestruturada. A entrevista teve a previsão de 1 hora de duração e foi guiada por um roteiro elaborado pelas pesquisadoras, a partir dos seus achados teóricos referentes ao problema de pesquisa.

Os dados coletados foram transcritos e posteriormente analisados a partir da Análise Temática sugerida por Braun e Clarke (2006). Esse processo de análise é feito através de seis etapas, são elas: 1) familiarização com os dados; 2) geração códigos iniciais; 3) busca de temas; 4) revisão de temas; 5) definição e nomeação de temas e 6) produção do relatório. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética com Pesquisas com seres humanos, da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

(UFCSPA) sob parecer de no. 5.179.058. A fim de garantir o sigilo, foram criados nomes fictícios para as participantes.

### Resultados e Discussão

Participaram desta pesquisa seis mulheres. A partir do questionário sociodemográfico (Tabela 1), percebe-se que as entrevistadas possuíam uma média de idade de 46 anos e todas possuem filhos, mas apenas uma possui filhos em sua relação com o apenado. Em relação à escolaridade, apresentam desde ensino fundamental incompleto até nível superior. Este fato revela um dado diferente dos estudos encontrados que apontam para uma predominância de mulheres que frequentam unidades prisionais possuírem baixa escolaridade, não concluíram o ensino médio e estão desempregadas (Araújo & Guedes, 2021; Guimarães et al.,2006). Ressalta-se que estes foram os únicos relatos da situação socioeconômica encontrados na revisão da literatura. Embora exista essa diferença entre a literatura e o presente estudo, é importante lembrar que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, o perfil das participantes não pode ser generalizado como o da população de mulheres de apenados. Também se observa a heterogeneidade no tempo de relacionamento, com variação de seis a 21 anos. Os dados apontam para um perfil que congrega mulheres adultas, com relacionamentos estáveis e com nível de escolaridade maior do que a população brasileira no geral.

**Tabela 1**

*Perfil sociodemográfico e de relação com cônjuges das participantes*

*Nome Fictício	Idade (anos)	Escolaridade	Renda (salário mínimo)	Tempo do relacionamento (anos)	Tempo de reclusão do cônjuge (anos)	Filhos
Carla	49	Médio	3,7	6	2	2
Maria	33	Fundamental incompleto	4,9	21	3, 2	4**
Angela	58	Superior	4,1	6	4	1
Beth	49	Médio	1,6	7	3	2
Elis	41	Técnico	1,9	10	3	2

Sandra	46	Superior	3,7	9	7	1
--------	----	----------	-----	---	---	---

Nota. \*todos os nomes utilizados são fictícios visando preservar o anonimato das participantes

\*\*apenas uma única participante possui filhos na relação com o apenado

Em relação aos resultados obtidos por meio das entrevistas sobre quem faz parte das redes de apoio das participantes e como elas se constituem como fator de proteção, alguns temas emergiram das falas. Dentre eles, dois serão descritos e discutidos: 1) Mulheres formam redes de mulheres e 2) Vivenciando o preconceito. Esses temas estão conectados já que fazem parte de uma dinâmica de interações entre a mulher, seu companheiro e as demais pessoas, porém para possibilitar uma reflexão mais específica de cada um, eles serão apresentados separadamente e posteriormente integrados.

### ***Tema 1. Mulheres formam redes dessas mulheres***

*“Ela é muito minha parceira, eu sou muito dela, a gente tá pra tudo né...” - (Elis).*

Foram encontrados resultados interessantes sobre a estrutura e funções da rede a partir das falas das participantes. Ao analisar os resultados de acordo com a perspectiva teórica sistêmica proposta por Sluzki (1997), percebe-se que a rede de apoio das participantes é predominantemente pequena em seu número de componentes. Como também, a composição está centrada na família, principalmente na presença de sua mãe, irmãs e de algumas amigas. Vale a pena frisar que os vínculos citados por elas ressaltam mais a afetividade do que o aspecto geográfico, ou seja, consideram-se próximas mesmo de pessoas que estão longe, graças às tecnologias das redes sociais virtuais. Uma semelhança no discurso de 83% (n=5) das participantes, é que sua rede é composta majoritariamente por mulheres, denotando a homogeneidade da rede. Então, são basicamente mulheres que fazem parte da rede dessas mulheres.

As funções principais dessa rede são o de apoio social e guia cognitivo, embora haja a flutuação por todos os papéis existentes. No caso dos poucos, quase nulos, homens citados espontaneamente, os seus papéis estavam destacados nas funções de apoio financeiro e companhia social, sendo feitos por pais ou primos. As mulheres não citam seus companheiros como membros da sua rede.

Ao explorar na literatura o fenômeno do cárcere masculino, encontram-se diversos relatos das mulheres que não abandonam seus companheiros. Essas instituições

são frequentadas em dias de visita, principalmente, por mulheres, que são mães, companheiras, filhas, entre outras relações (Barcinski, Lermen, Campani & Altenbernd, 2014; Humbelino et al. 2017). Há estereótipos, visão pré-concebida ou generalizada sobre mulheres e esses autores tentam explicar o porquê desta escolha. Eles descrevem como mulheres devotas e submissas que estão dispostas a abandonar a vida, quando não sua subjetividade, para acolher e se tornar a rede desses homens. O mesmo estereótipo tenta explicar o porquê da rede de mulheres ser composta por outras mulheres, já que são vistas através do papel do gênero feminino: como cuidadoras, protetoras, defensoras e que promovem a manutenção dos vínculos (Barcinski, et al., 2014). Como no exemplo abaixo em que uma mulher sente acolhimento de outra mulher:

“[...]tem uma amiga minha (...). E ela disse: “Sandra, eu sei que tu ama ele, então eu tô aqui pra...né, até porque todo mundo merece uma chance”, então a única que me dá força[...]” (Sandra).

Assim como mencionado, segundo Lang et al. (2013), a rede de apoio pode ser criada a partir de indivíduos que se conectem a um fator em comum, como a familiaridade com algum tema ou situação vivenciada ou por uma afinidade ou gosto semelhante. As mulheres que estão em prisionização secundária, tendem a passar boa parte dos seus dias em função das visitas e os preparativos para a jornada do dia de visita. Prisionização secundária é o termo utilizado para descrever essa situação na qual a pessoa vive em função do apenado e acaba sofrendo as mesmas consequências que o cárcere traz para o preso, assim como viver com o preconceito e sob as autoridades impostas nas instituições carcerárias (Comfort, 2009). Devido ao extenso trajeto que se forma ao longo das prisões e o número de mulheres que realizam as visitas frequentes aos homens apenados, o lado de fora das prisões acaba se tornando um grande centro de encontro. Esse encontro não é intencional, mas são mulheres que se identificam com a mesma situação de ser mulher de preso (do Lago, 2019). Portanto, percebe-se esse como sendo um momento para que haja conversas e suporte entre elas, justamente pela identificação dessa vivência, como exemplifica a fala da participante sobre o dia em que conheceu uma mulher na fila de um presídio:

“... E aí eu conheci uma menina, e ela é técnica de enfermagem, e ela também sabe, “Aí Beth, nós não somos daqui”. Eu me dou com todo mundo, mas sabe, é diferente. Ela disse “Aí, a gente não pertence a esse lugar, um dia vai ser só uma história”, eu disse “Aí,

graças a Deus”. Aí um dia, ela me ligou: "Beth, aconteceu uma coisa, assim e assim, e não pode ser pra todo mundo, e eu lembrei de ti!"...” (Beth).

À primeira vista, encontram-se narrativas das mulheres entrevistadas sobre a sua rede formada por outras mulheres, cujos papéis circulam entre todas as funções de rede de apoio citadas por Sluzki (1997). Entretanto, as participantes não compreendem as outras mulheres de apenas como pertencentes a sua rede, pois não as citam como tal. Então, quando é abordado sobre mulheres fazerem parte da rede, é possível pensar sobre o constructo de sororidade, se lido a partir de um viés politizado, porém não parece ser isso o que acontece. A sororidade pode ser explicada através de um laço afetivo com dimensão ética e política, muito usado no feminismo contemporâneo. Esse laço criado por mulheres tende a se opor a qualquer tipo de rivalidade que se crie entre elas no nosso sistema patriarcal (Fernandes, 2021). Logo, a sororidade não necessariamente precisa ser a amizade entre as mulheres, mas sim a reciprocidade do compartilhamento de objetivos e ideais. Sendo assim, é possível concluir que apesar de haver o acolhimento e empatia entre as mulheres, em seu discurso não há evidências do pensamento ou ação política. De maneira oposta, há o receio de que essas outras mulheres possam prejudicá-las durante as revistas, o que influencia negativamente um grupo que poderia servir como suporte social. Além disso, ainda exibe um pré-conceito intragrupal que as mesmas mulheres alegam sofrer fora desse nicho, como relatou Carla durante a entrevista ao ser questionada sobre a possibilidade de criar rede em momentos visita:

“...Eu não fiz amizade lá, eu me protegi bastante, cuidava o que falava, com quem falava, medo de repente colocarem alguma coisa na sacola que eu estou levando, a gente não pode confiar em todo mundo, confiar em ninguém na verdade, eu tinha um certo medo e um certo receio” (Carla).

Deste modo, ao mesmo tempo em que existe a possibilidade de solidariedade pela identificação por estarem na mesma situação, há também o medo de ampliar suas redes com alguém que está na mesma realidade que a sua. Provavelmente isso ocorra pelo contexto do cárcere e o receio de que a outra mulher esteja envolvida com algum tipo de crime e, assim, lhe causar algum prejuízo. Então, parece que essas relações se estabelecem com fragilidades e de forma situacional. Conclui-se que as redes de apoio social dessas mulheres são pautadas por pessoas de extrema confiança e que nela, as figuras masculinas são exceções.

## ***Tema 2. Vivenciando o preconceito***

*“Eu me sentia, indo lá, como se eu tivesse feito alguma coisa horrível e eu não tinha feito nada, nunca” (Elis).*

O segundo tema analisado refere-se a um sentimento ou sensação vivenciada por essas mulheres, oriunda do preconceito experienciado. O preconceito da sociedade como um todo, dos próprios policiais penais e das pessoas próximas, como familiares.

Assim como há o receio dessas mulheres confiarem nas outras mulheres de apenados, foi possível identificar nas entrevistas o constrangimento ao falar sobre a situação vivida ao acompanhar um companheiro no cárcere:

“[...] tu é a primeira pessoa com quem eu converso (risos), a primeira pessoa que eu consigo conversar sem sentir vergonha ou pensar o que tu vai pensar ou o que vão dizer. Querendo ou não a gente se preocupa com isso, a gente é preconceituoso querendo ou não, isso existe desde sempre e alguns sentem na pele. Tanto que onde eu trabalho não sabem da minha situação porque dependendo podem até me demitir, então não é conversado sobre isso no trabalho.” (Carla).

Este relato mostra o preconceito existente na sociedade quanto às pessoas privadas de liberdade e a extensão dele à sua rede. O preconceito atua como uma crença que avalia de forma negativa uma categoria social e pode derivar para um comportamento discriminatório, sendo um fenômeno histórico e amplamente disseminado para diversas categorias que são consideradas minorias políticas (Lima & Pereira, 2004). O resultado do preconceito vivido e explicitado pelas participantes pode ser expresso com a perda da autoestima, além da validação do preconceito sofrido e a disseminação dele com outras mulheres que estão na mesma realidade.

Ademais, o preconceito surge em um dos locais que poderia servir como fonte de rede de apoio, a própria instituição de cárcere que deveria atuar como modificadora de um sistema precário e desumano. As instituições prisionais e seus funcionários são relatados como ambientes que não possuem a capacidade de gerar acolhimento e por isso acabam corroborando com o adoecimento e a perpetuação do estigma de familiar de preso. Como revela Carla ao ser questionada sobre como se sentia durante as visitas:

“[...]Não, eu não era acolhida, eu sempre vi da parte deles superioridade. Parece que as pessoas que tão indo lá não são gente. Se tu fizesses alguma pergunta ou pedisse alguma informação era algo óbvio, como se tu fosses obrigada a saber certas coisas. Não lembro de ninguém ter sido gentil, sempre tudo bem rigoroso.” (Carla).

Outra explicação encontrada para a violência sentida por essas mulheres foi pautada sobre o sistema cultural no qual elas estão inseridos, o patriarcado (Guimarães et al., 2006). Nele se estabelece a desigualdade entre os gêneros e a prevalência do gênero masculino sobre o feminino. No sistema carcerário depara-se com a dominação dos corpos femininos em nível de estruturação e perpetuação do machismo em profissionais de execução penal, tanto em revistas, tanto em formas de tratamento e comunicação com os familiares de apenados (Araújo & Guedes, 2021). Esse comportamento exercido, mesmo por policiais penais femininos, pode ser explicado por essas agentes assumirem estereótipos, promovidos pelo autoritarismo e pela agressividade. Geralmente, comportamentos designados socialmente para homens como uma forma de ocupar um lugar de espaço e respeito em um ambiente predominantemente frequentado e chefiado por homens. Para Lima e Pereira (2004), o estereótipo atua como uma crença popular para caracterizar um grupo social, tendo também como função categorizar grupos como bem ou mal e criar uma identidade social de grupos e, por consequência, a diferenciação de outros grupos. Com essa definição é possível realizar duas análises, a primeira delas remete ao gênero masculino sendo sinônimo de força e as suas atribuições estereotipadas sendo consideradas importantes para o cargo; e a segunda, sobre a necessidade de criar um estereótipo das mulheres de apenados, diferenciando-as e afastando do grupo ao qual os policiais pertencem. Assim, as mulheres de apenados estão vinculadas a um grupo com atribuições negativas, passível de preconceito, e o outro, formado por agentes com atribuições positivas, respectivamente. É válido citar que a fonte do preconceito é uma personalidade autoritária ou intolerante. Logo, enquanto o sistema impor a lógica patriarcal, mais vulneráveis e propícias a viver o preconceito essas mulheres estarão.

Para além da dificuldade de ampliar a sua rede, existe também a possibilidade de fragilização do vínculo no momento de vivência do cárcere. Observa-se isso no exemplo da participante Sandra, que sentiu o preconceito vindo da própria família ao tentar buscar auxílio e acabou sendo coagida para colocar fim no seu relacionamento:

“[...] E ela disse dentro do carro pra mim: “Eu posso até defender o (nome do cônjuge),

mas tu não vai ficar com ele. E se tu ficar com ele, eu não defendo ele e tu vai perder o (nome do filho)” [...] (Sandra).

Conclui-se que a vivência desses preconceitos, pelo simples fato de serem companheiras de apenados, pode colocá-las em uma situação de vulnerabilidade. E, assim, ao se sentirem vulneráveis e marginalizadas, pode levar a um afastamento físico e emocional de outras pessoas, o que afeta significativamente a formação de novos vínculos e a ampliação da rede de apoio social e afetiva.

### **Considerações Finais**

O objetivo proposto deste estudo foi o de conhecer a rede de apoio social e afetiva percebida de mulheres em situação conjugal com apenados. A partir disso, foi possível compreender que a rede dessas mulheres, embora pequena, é formada majoritariamente por mulheres, sendo elas mães, irmãs ou amigas. Os vínculos são duradouros e capazes de desempenhar a maioria das funções de rede mencionadas por Sluzki (1997). Portanto, compreende-se que a rede pode ser considerada como efetiva, apesar dos homens, incluindo seus companheiros, não serem atuantes.

Apesar disso, corroborando com outros autores, percebe-se a fragilidade da rede que envolve essas mulheres e os fatores de risco ao qual elas estão expostas constantemente. O encarceramento do membro da família não fica exclusivo a ele, atinge também as mulheres que carregaram os estigmas sociais resultantes de anos de negligência e discriminação sobre as pessoas privadas de liberdade. Isso é evidenciado pelo preconceito da sociedade, das instituições e das pessoas que formam a sua rede. Esse preconceito que passa a ser experienciado por elas dificulta a manutenção da sua própria rede e pode impossibilitar sua ampliação, principalmente pelo temor de expor sua situação quando necessitar criar novos contatos. Também dificulta o acesso a possíveis redes formais, como as compostas por policiais penais e demais funcionários da instituição prisional.

Uma das limitações desta pesquisa foi a dificuldade de encontrar mulheres para compartilhar suas histórias, pois muitas não demonstraram interesse em participar. Esse fato pode estar relacionado ao constrangimento e medo, relatados anteriormente. Esse estudo se mostrou importante visto que não foram encontradas pesquisas recentes que abordassem o perfil sociodemográfico dessas mulheres, além de não terem sido

encontradas pesquisas no Brasil sobre a rede de apoio social e afetivo. Reforça-se que a análise deste artigo não pode ser generalizada. Sugere-se que futuros estudos explorem as questões de violência estrutural e das instituições que afetam essas mulheres, bem como a relação entre elas e o seu cônjuge, visto que não foram identificados primariamente como suas redes de apoio. Compreende-se que essas mulheres necessitam dessa visibilidade e legitimidade, já que são esquecidas.

Para mais, ressalta-se que este trabalho também cumpre o compromisso de defender uma sociedade mais justa e igualitária no tratamento a essas mulheres. Salienta-se que as ações punitivas existentes exercidas pelas figuras de autoridade e em todo o sistema carcerário, além de favorecerem uma reincidência dos apenados, fazem com que as mulheres se submetam a diversas formas de situação de controle. Esse fenômeno é desencadeado pelo sistema de dominação de classe e gênero. Por fim, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas para essas mulheres, que possibilitem uma abordagem mais humanizada e digna.

### Referências

- Alencar, I., & Melo, M. (2020). N° de homens encarcerados é quase 50 vezes maior do que o de mulheres em presídios de Salvador; veja perfil. Portal G1, Bahia. Recuperado de <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/01/06/no-de-homens-encarcerados-e-quase-50-vezes-maior-do-que-o-de-mulheres-em-presidios-de-salvador-veja-perfil.ghtml>
- Araújo, K. C., & Guedes, R. N. (2021). A rede de apoio às mulheres de presos no enfrentamento da dupla punição. *Revista Desenvolvimento Social*, 1(1), 65-84.
- Bandeira, H. C., Lino, R. H. R. da S., & da Silva, M. O. (2020). Mulheres em visita ao cárcere: um estudo fenomenológico / Women visiting prison: a phenomenological study. *Brazilian Journal of Development*, 6(11), 86565–86579. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n11-177>

- Barcinski, M., Lermen, H. S., Campani, C., & Altenbernd, B. (2014). Guerreiras do cárcere: uma rede virtual de apoio aos familiares de pessoas privadas de liberdade. *Temas em Psicologia*, 22(4), 929-940. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2014.4-19>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Comfort, M. (2009). *Doing time together*. University of Chicago Press.
- Corrêa, M. L., & Elias, N. T. (2021). Impacto da prisão na vida de mulheres com familiares encarcerados. *Revista Brasileira de Criminologia*, 173, 171-192.
- do Lago, N. B. (2019). Dias e noites em Tamara – prisões e tensões de gênero em conversas com “mulheres de preso”. *Cadernos Pagu*, (55), e195506. <https://doi.org/10.1590/18094449201900550006>
- Fair, H., & Walmsley, R. (2021). World prison population list. *educare*, 5.
- Farmer, P. (2005). *Pathologies of power*. Berkeley: University of California Press.
- Fernandes, E. B. (2021). Morte ao patriarcado: fraternidade, irmandade, sororidade. *Cadernos Pagu*.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade*. Tradução: Mathias Lambert, 4.
- Gonçalves, T. R., Pawlowski, J., Bandeira, D. R., & Piccinini, C. A. (2011). Avaliação

de apoio social em estudos brasileiros: aspectos conceituais e instrumentos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(3), 1755-1769.

Guimarães, C. F., Meneghel, S. N., Zwetsch, B. E., Silva, L. B. D., Grano, M. D. S., Siqueira, T. P., & Oliveira, C. S. D. (2006). Homens apenados e mulheres presas: estudo sobre mulheres de presos. *Psicologia & Sociedade*, 18, 48-54.

Humbelino, T. M., Larissa, T. T. de S., Santos, I. A. dos. (2017). Mulheres de presos e o cárcere invisível. v. 1 n. 1: 5º Encontro Internacional de Política Social/12º Encontro Nacional de Política Social.

Inácio, P. L. (2021). " Todo preso é o amor da vida de alguém": os impactos da COVID-19 no sistema prisional brasileiro pela perspectiva das familiares de apenados. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. URL: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/228646>

Juliano, M. C. C., & Yunes, M. A. M. (2014). Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. *Ambiente & Sociedade*, 17(3), 135-154.

Lang, F. R., Wagner, J., Wrzus, C., & Neyer, F. J. (2013). Personal effort in social relationships across adulthood. *Psychology and Aging*, 28(2), 529.

Lima, M. E. O., & Pereira, M. E. (2004). Esteriótipos, preconceito e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas. EDUFBA.

Minayo, M. C. S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos controversias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(7), 1–12. Recuperado de <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>

- Neto, H. L., & Teixeira, E. M. D. S. F. (2021). Violência (estrutural) e criminalidade patrimonial. *Brazilian Journal of Development*, 7(3), 25016-25033.
- Peres, T. B. (2017). Criminalização de jovens, negros e pobres: um retrato do sistema penitenciário brasileiro. *Nexo Jornal*. Recuperado de <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2017/Criminaliza%C3%A7%C3%A3o-de-jovens-negros-e-pobres-um-retrato-do-sistema-penitenci%C3%A1rio-brasileiro>
- Pereira, É. L.. (2016). Famílias de mulheres presas, promoção da saúde e acesso às políticas sociais no Distrito Federal, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7), 2123–2134. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.16792015>
- Pereira, W. dos S.; Saraiva, A.; Salomão, A. P.; Oliveira, K. A.; Santos, P. B.; Oliveira, V. S. & Lima, T. L. (2022). Psicologia jurídica e direito penal brasileiro: Atuação do psicólogo no sistema prisional. *Revista Nativa Americana de Ciências, Tecnologia & Inovação*, 3 (2), ISSN: 2764-1295.
- Rosendo, J. V., dos Santos Mota, J. L. M., de Carvalho, G. B. V., & Oliveira, L. P. S. (2018). Mulheres no cárcere: breves reflexões sobre o sistema punitivo em sergipe e os desafios da reinserção social. *Interfaces Científicas-Humanas e Sociais*, 7(1), 107-118.
- Sluzki, C. E. (1997). *A Rede Social na Prática Sistêmica: Alternativas Terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Smink, V. (2021). Onde ficam as prisões mais superlotadas da América Latina. Portal G1. Recuperado de <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/10/12/onde-ficam-as-prisoos-mais-superlotadas-da-america-latina.ghtml>

Teixeira, R. (2004). As redes de trabalho afetivo e a contribuição da saúde para a emergência de uma outra concepção de público. In: Research Conference on: Rethinking "The Public" in Public Health: Neoliberalism, Structural Violence, and Epidemics of Inequality in Latin America. Center for Iberian and Latin American Studies, University of California.

Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8, 75-84.